

O P I N I Ã O

Um dos direitos elementares de um povo, é o de poder escolher livremente o seu destino. Juridicamente é o direito a auto-determinação. Segundo Karl Josef Partsch, os princípios base dos direitos humanos seriam: 1º. o PRINCÍPIO A AUTO-DETERMINAÇÃO; depois o PRINCÍPIO A IGUALDADE e finalmente o PRINCÍPIO DA NÃO DISCRINAÇÃO. ~~1944~~

Foi o presidente dos E.U.A. W. Wilson quem primeiro definiu em 8 de Janeiro de 1918 o princípio da Auto-Determinação, como um dos 14 pontos apresentados no seu programa de PAZ. Mais tarde viria a dar-lhe uma redifinição com maior precisão: o princípio central por que lutámos nesta guerra é o de "NENHUM GOVERNO OU GRUPO DE GOVERNOS TÊM O DIREITO DE DISPOR DO TERRITÓRIO DE QUALQUER POVO LIVRE OU DE DETERMINAR A SUBORDINAÇÃO POLITICA". Desde então o essencial deste princípio mantém-se inalterável. Está consagrado no artº. 1º. nº. 2 da Carta das Nações Unidas, inserido no Capítulo I, Fins e Princípios, além da consagração nas constituições de vários países. É um princípio do IUS COGENS, isto é, vincula qualquer Estado do Mundo por ser um princípio patrimonial da Comunidade das Nações.

O estado Indonésio, como qualquer outro, está vinculado, ao Princípio da Auto-Determinação. Por isso, a ocupação actual de Timor-Leste é ilegal, como se conclui. Além deste período do Direito Internacional Comum, a República da Indonésia violou o princípio do ESTOPPEL ao contradizer afirmações de representantes seus anteriormente proferidas na ONU: "Na 4ª. Sessão (1954) da Assembleia Geral das Nações Unidas, durante os debates da 1ª. Comissão, o representante da Indonésia declarava: "A Indonésia é o nome político nacional das antigas Índias Orientais Holandesas, incluindo o Irião Ocidental... Não se levanta a questão de saber se o Irião Ocidental tem laços culturais com os outros Indonésios... As fronteiras deste Estado (Indonésia) não podem ser outras senão as das antigas Índias Orientais Holandesas no interior das quais o movi

mento nacional (para a Independência) exerceu a sua influência". Pergunta-se. Como ^{hoje} hoje a Indonésia reivindicar e ocupar um território que ele próprio excluiu?

Na XV Sessão da Assembleia Geral (1960), em reunião plenária, o representante da Indonésia declarava: "Nós não reivindicamos mais nenhuma parte do arquipélago indonésio. A indonésia abstem-se expressamente de formular qualquer reivindicação sobre aqueles territórios que - se bem que localizados no arquipélago indonésio - por exemplo em Bornéu e em Timor, não faziam parte das Índias Orientais Holandesas". Aqui o representante Indonésio fez uma referência expressa a Timor Oriental. (Timor-Leste)

A mesma posição foi retomada com firmeza na XVII Sessão (1962) tendo a representante Indonésia, Sr^a. Supeni, precisado: "Não só não apresentámos até agora qualquer reivindicação territorial, como declaramos categoricamente que não temos a mínima intenção de o fazer no futuro".

A Indonésia, para justificar a ocupação de Timor-Leste tem dito que foi solicitado para intervir militarmente no sentido de repor a paz em Timor-Leste. Sabe-se hoje que foi o Governo Indonésio, que através de apoios concedidos a UDT e a outros três partidos os incitou contra a FRETILIN, provocando a guerra civil. Mesmo admitindo que fosse expressamente solicitado para intervir militarmente, a Lei Internacional proíbe a intervenção de terceiros estados em caso de guerra civil.

Em 1974 (17 de Junho), o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia escreveu ao representante da ASDT, José Manuel Ramos Horta, que o governo Indonésio reconhecia a Independência do povo da Indonésia sobre Timor-Leste (The Timor problem I", Australia Outlook, vol. 29, nº. 1).

Por outro lado, segundo o princípio UTI POSSIDETIS, que remonta a descolonização da América Latina, as fronteiras dos novos Estados saídas das lutas de libertação nacional do jugo colonial, coincidem com as ~~das~~ possessões coloniais anteriores. A Indonésia invocou este princípio para recolher o conjunto dos territórios que faziam parte das Índias Orientais Holandesas. Assim sendo, deve respeitar as actuais fronteiras de Timor-Leste, estabelecidas sucessivamente pelo Acordo em Lisboa de 1859 entre Portugal e Ho-

landa, pela Convenção de Haia de 1 de Outubro de 1904 e da sentença arbitral, emitida em execução do compromisso de arbitragem assinado em Haia em 3 de Abril de 1913 pelos mesmos Estados.

A Indonésia tem dito a nível das instâncias Internacionais de que os Direitos Humanos, em Timor-Leste são observados, e a transformação daquela ex-colónia na 27ª. província Indonésia, foi através de referendun.

Quanto ao 1º. aspecto, é natural ao país ocupante como a Indonésia, tentar iludir o mundo justificando uma situação que pela sua própria natureza é injustificável. Viola o princípio base dos direitos humanos, o PRINCÍPIO DA AUTO-DETERMINAÇÃO. Por outro lado refiro-me já ao 2º- aspecto. o referendun de que se serviu para "legitimar" a ocupação, não é reconhecida pelas Nações Unidas. A razão é simples: Foi feito sem a transparência processual que possa conferir a necessária adoneidade ao acto.

A situação actual de Timor-Leste é um quadro, onde, de um lado ocupando as zonas montanhosas de que são conhecedoras, os guerrilheiros; do outro, o ocupante indonésio. Trava-se uma guerra que se prolongará indefinidamente, enquanto as tropas indonésias permaneceram em território nacional.

Hoje é o povo de Timor-Leste, em voz uníssonos de protesto, que reclama a sua Independência. E o cerra de fileiras, dizendo não à ocupação.

O ímpeto dessa avalanche popular ganha cada vez mais coesão. São as torturas, as violações, os desaparecimentos, praticados pelos soldados e pela polícia política Indonésias que constituem os interstícios dessa amálgama de revolta popular contra o invasor javanês.

Dois dados estão neste momento claros nos seus contornos: A necessidade da Auto-Determinação para Timor-Leste; A persistência de uma guerra de libertação, que, o regime dos generais indonésios através das celebres campanhas de extermínio levados a cabo por várias vezes, ainda não conseguiram exterminar; segundo esses generais era questão de três dias; Para seu desencanto, já vai para doze anos.

A reposição da Paz em Timor-Leste é pois, o objectivo principal de todos os Timorenses.

Uma solução que não tem dado resultados satisfatórios, é, o actual envolvimento tripartido de alto nível: O Estado Português personalizado pelo Presidente da República; as Nações Unidas pelo actual Secretário Geral, e a Indonésia. A ausência dos representantes legítimos do povo Mau-Bere, nas conversações, levou a que o Dr. Lucas Pires, na intervenção na Conferência Nacional sobre Timor-Leste, realizado no Teatro Gil Vicente, em Coimbra, tivesse dito, que a paz saída daquelas conversações seria sempre "uma paz provisória", : a "paz dos cemitérios". Qualquer negociação deve incluir os representantes do povo de Timor-Leste; afinal, são os destinatários e nunca seria uma paz duradoira quando ela é cozinhada nas costas do povo-vítima, da invasão indonésia.

Em 24/3/86, um passo importante foi dado no sentido da institucionalização da sublevação popular contra o invasor. Os legítimos representantes maioritários do povo de Timor-Leste, a UDT e a FRETILIN, assinaram a CONVERGENCIA NACIONALISTA. Esta convergência consolida-se com o tempo fruto da maturidade adquirida através da observação atenta do desenrolar da luta de libertação nacional; No início foi liderada pela FRETILIN, mérito que é reconhecido pelos timorenses; Agora, tornou-se uma luta do povo, independentemente das simpatias políticas.

É um dado novo, a ter em consideração no tratamento da questão de Timor-Leste.

A convergência Nacionalista, que patrioticamente assumiram a UDT e a FRETILIN, deve servir de PRINCÍPIO, e não ESTRATEGIA DE ACTUAÇÃO. E como Princípio que deve assentar a sua validade e poder servir de ponto catalizador de todos os Timorenses radicados em Portugal e na Austrália; além destes dois partidos maioritários, não se deve esquecer as minorias representadas pelos antigos simpatizantes e militantes da APODETI, KOTAS e TRABALHISTAS; São timorenses e estão conscientes do erro cometido sabiamente arquitectado pelo regime indonésio. Como os simpatizantes da FRETILIN e da UDT, têm pessoas da família assassinadas pelo regime de Jacarta. Todos recusam a presença Indonésia e lutam com a Fretilin, nas montanhas, pela Independência Nacional.

A ideia de auto-determinação para Timor-Leste, sem a qual não é lícito falar-se de Direitos Humanos, consolida-se no seio da consciência internacional através das suas Instâncias representativas como a ONU e a CEE; A nível de Organizações não governamentais, destaca-se o sector das igrejas cristãs, muito activas na denúncia pública através de encontros internacionais (As consultas internacionais cristãs sobre Timor-Leste), cujo 5º. encontro será em Nova York no próximo verão. Ainda recentemente, de 22 a 29 de Abril, realizou-se em Estraburgo um Seminário Internacional organizado pelo MCP (Movimento Cristão para a Paz) Internacional onde estiveram presentes delegações da Europa, Israel e Sara Ocidental; e mais uma vez se debateu o problema de Timor a par com outros três casos, Palestina, Sara Ocidental e Namíbia.

A Indonésia optou por duas saídas para a sua condenação internacional. O caminho da opressão e a propaganda de ~~am~~ntiras, oportunamente desmontadas pelo Engº. Barbedo de Magalhães do Movimento Cristão Justiça e Paz para Timor-Leste. O protagonista das mentiras escolhido pelo regime Indonésio, foi o Director do Jornal "o Tempo", Sr. Nuno Rocha; ~~que~~ Veiculou uma série de informações falsas, que culminou com a publicação do livro, Timor Timur, 27ª. província Indonésia. Quem leu as mentiras de Nuno Rocha no seu Jornal, que se transformou em "pasquim" indonésio, e pretender conhecer a verdade basta ler ~~os~~ artigos relativos a Inácio de Moura publicados nos jornais nacionais, desde o EXPRESSO, passando pelo DIARIO DE NOTICIAS o DIABO, TAL E QUAL etc... Esta indignação geral e expontânea de jornalistas demonstra a gravidade e falta de dignidade de quem se serve da caneta para enxovalhar um povo, povo que há 12 anos vem lutando pela sua liberdade.

Três acontecimentos surgiram quase que simultâneamente: o convite aos parlamentares; a libertação de presos políticos, e a propaganda intensiva com traduções do livro de Nuno Rocha em várias línguas. Cada um deles estava ~~predestinado~~ a funções específicas, com objectivos cuidadosamente estudados. Com o convite, pretende o regime ditatorial de Suharto obter o reconhecimento implícito da soberania da Indonésia sobre Timor-Leste; Com a libertação dos presos políticos, dar uma imagem de compreensão, ou iludir os parlamentares portugueses, caso a visita viesse a efectivar-se, com

as prisões sem presos políticos; finalmente, com a propaganda e traduções do livro de Nuno Rocha, preparar o clima psicológico para a população portuguesa e a opinião pública internacional, no sentido de angariar adeptos para a tese integracionista.

Quanto à visita parlamentar a Indonésia ficou justamente penalizada pela sua má fé, muito embora, o seu convite tivesse gerado certa polémica no seio dos parlamentares e do próprio governo. O bom senso imperou nessa polémica e tudo indica a não realização da visita parlamentar.

Relativamente a libertação de presos políticos, é coisa de pouca dura, precária, ao menos que acreditássemos numa mudança de regime de Java; De momento não é verosímil.

Os cidadãos indonésios são incomodados quando se manifestam contra o poder instituído de Jacarta. - conforme documentos difundi dos pela Amnistia Internacional e muito recentemente pelo relatório da deputada holandesa ao Parlamento Europeu, em que a Indonésia é acusada de desrespeito pelos Direitos Humanos. - Só um ingénuo acredita em tanta generosidade. Finalmente, a propaganda do Sr. Nuno Rocha, pegou, a avaliar-se pela votação favorável do delegado da URSS a integração do Timor-Leste a Indonésia, justificando esta votação com base nos artigos do Sr. Director do "TEMPO".

A problemática de Timor é complexa, porquanto convergem nela interesses escusos das grandes superpotências. A Indonésia é ponta de lança dos interesses dos E.U.A. na área. Também a URSS, da era perestroikiana, falha ao dar o seu apoio ao regime ditatorial de Jacarta, quando envia uma delegação de alto nível, para assistir a comemoração da Independência da Indonésia, é a votação favorável atrás citada. A Rússia guardou na gaveta o princípio de apoio aos povos oprimidos! Quem diria?! O que resta ao povo de Timor!? Necessáriamen te uma luta sem tréguas! Acreditar e lutar pela Auto-Determinação e Independência.

A assunção por parte de Portugal das suas responsabilidades de poder administrante e agir em conformidade com ele torna-se irre mediavelmente um dos caminhos a seguir para a solução do problema.

A Europa democrática, tem a responsabilidade histórica de fazer respeitar os Direitos Humanos. A maior parte das vezes não acontece.

Os E.U.A. país que propala aos quatro ventos a defesa dos Direitos Humanos, apoiam países opressores como Indonésia, Marrocos, Israel, África do Sul, Chile etc. etc; a própria Rússia no caso de Timor é uma incoerência total.

Pela sua Independência, o povo de Timor empreende uma luta heróica há já doze anos, com a moral elevadíssima, enquanto o mundo teima em fechar os olhos ao genocídio humano praticado pelo regime Indonésio. A via da Independência está na consciência de todos os timorenses, e só ela trará paz para Timor-Leste.

Gaspar da Costa Sobral